

04 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça acata denúncia envolvendo ex-deputado

Cleiton Kielse, hoje no TC, é acusado de participar de um esquema para favorecer dono de ótica na disputa pela guarda dos filhos do lojista

“Também plantaram drogas com o filho mais velho da mulher, para que ele fosse preso por tráfico”

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – O Juízo da 4ª Vara Criminal de Curitiba recebeu ontem a denúncia oferecida pelo Ministério Público (MP) do Paraná contra o empresário Demóstenes Albernaz, o ex-deputado estadual Cleiton Kielse, hoje técnico de controle no Tribunal de Contas (TC), e o investigador de polícia Marcello Soares Cezário. Dono da ótica Ponto de Visão e amigo de Kielse, com quem chegou a formar uma dupla sertaneja, a Kenny & Kielse, Albernaz é acusado de usar sua rede de contatos para criar situações falsas, de forma a incriminar a ex-esposa, Adriana Dias Horta. De 2006 a 2008, ele travou com ela – e venceu – uma briga pela guarda dos dois filhos do ex-casal, então menores de idade.

Segundo o coordenador do Grupo de Atuação Especial

de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Leonir Battisti, os envolvidos produziram provas, incluindo uma gravação, que foram utilizadas como se fossem oficiais, incriminando a mãe e membros de sua família, enquanto ela lutava para ficar com os meninos. “Esse pessoal também plantou drogas com o filho mais velho da mulher, para que ele fosse preso por tráfico”, contou. Ainda conforme o promotor, o ex-parlamentar ajudou Albernaz a forjar a situação, uma vez que mantém com o lojista um “parentesco afetivo”. O Gaeco tentou incluir na peça um delegado e outros dois policiais civis, cujos nomes não foram divulgados, entretanto, teve seu pedido negado. “Neste caso, estamos recorrendo”, completou Battisti.

Em março de 2011, Adriana Horta foi presa por policiais paranaenses no Rio de Janeiro com os garotos, ao tentar mantê-los afastados do empresário. Ela expôs o caso em

uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, quando citou, ainda, o fato de Kielse ter influência na Polícia Civil e no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. O pai de Adriana, Francisco Sales Dias Horta, foi presidente da Câmara de Dirigentes Logistas de Belo Horizonte. Entre as acusações impostas à família, na época, estão contrabando, sonegação fiscal, formação de quadrilha e roubo de carga.

CONTINUA

04 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

VENDA DE SENTENÇAS

A mesma disputa motivou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a abrir, em 2013, uma investigação sobre venda de sentença por parte do ex-presidente do TJ paranaense Clayton Camargo e do desembargador Rafael Cassetari, já aposentado. Uma advogada acusa os magistrados de terem recebido R\$ 200 mil para beneficiar Demóstenes Albernaz na decisão. O coordenador do Gaeco disse que, como as instâncias são diferentes, não há relação entre os dois processos.

Derrotado nas eleições de 2014, Cleiton Kielse voltou ao TC e está atualmente lotado na 6ª Inspeção de Controle Externo, sob responsabilidade do também ex-deputado Fábio Camargo, filho de Clayton. A FOLHA ligou no gabinete às 17 horas de ontem, no entanto, ele não estava mais no local. A reportagem também tentou contato com Albernaz, por meio do Ponto de Visão, mas não recebeu retorno até o fechamento desta edição. Já a Polícia Civil, onde trabalha Marcello Cezário, informou que só se posicionaria hoje.

04 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Suposto líder de esquema na Receita volta à prisão

**Ex-chefe do Fisco em Londrina,
Márcio de Albuquerque Lima e a mulher
foram presos ontem pelo Gaeco ao lado
de 37 fiscais e mais três particulares**

Edson Ferreira
Loriane Comeli e
Luiz Fernando Wilteburg
Reportagem Local

O casal de auditores da Receita Estadual de Londrina Márcio de Albuquerque Lima e Ana Paula Pelizari Marques de Lima voltou à prisão ontem, em decorrência da deflagração da quarta fase da Operação Publicano pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, braço do Ministério Público (MP) do Paraná. Além deles, foram presos outros 37 auditores fiscais (incluindo integrantes da alta cúpula, em Curitiba), um empresário, um advogado e uma pessoa que se passava por fiscal para exigir propina.

Apontado como líder do esquema de corrupção na Delegacia da Receita de Londrina, que teria conhecimento e aval dos ocupantes dos mais altos cargos da Receita,

em Curitiba, Lima volta à cadeia pela terceira vez. Ele já foi preso em decorrência da primeira e segunda etapa da Publicano, assim como sua mulher, citada pelo Gaeco como uma auxiliar direta do marido no esquema criminoso. A segunda fase da Publicano envolveu o empresário Luiz Abi Antoun, figura ligada ao governador Beto Richa (PSDB), apontado como "líder político" do esquema. Ele não estaria envolvido nos fatos apurados na quarta fase.

A Operação Publicano, cuja primeira etapa foi deflagrada em 20 de março, investiga uma organização criminosa que envolve atos de corrupção e concussão praticados por auditores e sonegação de impostos estaduais por empresários de Londrina e região.

Os "fatos novos" apurados pelos investigadores têm como base documentos apreendidos ainda em janeiro, quando o principal delator do esquema, o auditor Luiz Antonio de Souza, foi preso em flagrante em um motel

com uma adolescente de 15 anos. O mais importante documento é uma planilha com nomes e valores de propina paga aos auditores, que estava em um pendrive, pertencente a Souza.

De acordo com o coordenador do Gaeco em Londrina, promotor Jorge Fernando Barreto da Costa, "uma parte da investigação foi baseada nessas informações contidas no pendrive, mas é claro que foram confirmadas por muitas outras diligências e investigações".

A fase atual da Publicano é dirigida a fatos criminosos ocorridos entre 2008 e 2014. Segundo o MP, as irregularidades são recebimento de propina para a liberação de créditos devidos e a falta de fiscalização adequada, em que os fiscais deixavam de autuar ou emitiam autos simbólicos de pequeno valor contra empresas envolvidas, dando a elas "quitação fiscal".

CONTINUA

04 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

PREÇOS

Além de auditores, foram presos ontem Julio Sérgio de Moraes Camargo; o advogado Luiz Lopes Barreto; e o empresário Kouchi Yui. O primeiro teria se passado por auditor fiscal e cobrado (e recebido) propina de empresários. Teria cometido crime de estelionato e por fato semelhante já foi acusado na Publicano 2.

Contra Yui, que tem empresas do setor têxtil, pesa suspeita de que teria pagado propina a auditores em troca de autuações irrisórias. Sua defesa preferiu não comentar a prisão afirmando que não dispunha de informações suficientes.

Já o advogado, que atua para uma rede supermercadista, teria sido preso em decorrência de acordos de propina em favor do mercado. Um representante desta empresa, que pediu para não ser identificado, negou qualquer envolvimento e afirmou que "o advogado trabalha também para várias outras empresas".

CONDUÇÕES

Entre as conduções coercitivas, está a do empresário supermercadista Pedro Muffato, representante do Grupo Muffatão, de Cascavel. Em nota, ele afirmou que "a empresa foi vítima de tentativa de extorsão praticada por funcionários públicos que são investigados nessa operação". O sócio-gerente do Muffatão de Londrina, diz a nota, compareceu voluntariamente ao Gaeco em 21 de setembro e "detalhou o fato

como ocorrido". Ontem, Muffato prestou novo esclarecimento foi liberado.

"Todos os conduzidos coercitivamente tem algum envolvimento, ou pelo menos, conhecimento. A definição se são testemunhas ou partícipes será possível saber após o encerramento das investigações", afirmou o promotor.

NÚMEROS

Além das prisões, também foram cumpridos 52 mandados de condução coercitiva no Paraná, São Paulo e Minas Gerais e 49 mandados de busca e apreensão. Na capital, foram dez mandados de prisão. Todos os mandados (47 de prisão, 49 de busca e apreensão, além da quebra de sigilo bancário de 19 pessoas e empresas) foram expedidos pelo juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio. Entre os auditores fiscais, 35 já são réus nas fases anteriores.

Até o fechamento desta edição, cinco auditores – três de Curitiba e dois de Londrina – seguiam foragidos. A maioria dos presos foi levada à unidade um da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 1); Ana Paula foi encaminhada ao 3º Distrito Policial (zona oeste), onde já esteve em decorrência das prisões anteriores. E o advogado, em razão da função, está detido na sede do Corpo de Bombeiros.

CONTINUA

04 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

PUBLICANO 4

Lista dos envolvidos que tiveram a prisão decretada



AUDITORES

- Amadeu Serapião
- Amado Batista Luiz
- Ana Paula P. Marques Lima
- Antonio Carlos Lovato
- Benedito Maciel de Goes
- Claudio Tosatto
- Clovis Agenor Rogge
- Djalma Correa
- Edilson Edimar Ferreira
- Edison Negrão Oliveira*
- Edvaldo Bianchi*
- Edvilson Ramos Marques*
- Eurico Rosa de Almeida
- Gilberto Della Coletta
- Gilberto Favato
- Helio Hisahi Obara
- Iris Mendes da Silva
- Jaime Kiochi Nakano
- José Ap. Valencio da Silva
- José Carlos dos Santos*
- José Henrique Hoffmann
- José Luiz Favoreto Pereira
- José Luiz Fernandes Filho*
- José Pereira de Carvalho*
- Laércio Rossi

- Lidio Franco Samways Júnior
- Londolfo Traldi
- Luiz Fernandes de Paula
- Marcelo Muller Melle
- Marcio Albuquerque de Lima
- Marco Antonio Bueno
- Marcos Colombo
- Marcos Luis F. Arrabaça
- Mario Aparecido Sanzovo
- Milton Antonio de Oliveira Digiacomio
- Nelson Mitsuo Suzuki*
- Orlando Antônio Botelho*
- Orlando Coelho Aranda
- Oswaldo Ronqui Junior*
- Ranulfo Dagmar Mendes
- Ricardo de Freitas
- Ronivaldo Costa Zani
- Sérgio Paulo de Souza Quaresma

PARTICULARES

- Julio Sergio de Moraes Camargo
- Kouchi Yui
- Luiz Lopes Barreto

* não são réus nas fases anteriores da Publicano

Fonte: Gaeco/MP

Folha Arte

PUBLICANO EM NÚMEROS

Publicano 1

→ Data: 20/03
73 réus, sendo
26 auditores fiscais
70 fatos criminosos
20 empresas,
principalmente
de Londrina

Publicano 2

→ Data: 10/06
125 réus, sendo
56 auditores fiscais
124 fatos criminosos
58 empresas de 15
cidades no Norte
do Paraná

→ Data: 21/09
Dois réus (os auditores
Marcelo Müller Melle e
Luiz Fernandes de Paula)
Seis fatos criminosos
(Complemento
à Publicano 2)

Publicano 3

→ Data: 8/10
18 réus, entre eles
o auditor José Luiz
Favoreto Pereira
30 fatos criminosos

Publicano 4

→ Data: 3/12
47 mandados de prisão
(sendo 44 contra
auditores)
49 mandados de busca
e apreensão
52 mandados de
condução coercitiva

Fonte: Gaeco/MP

Folha Arte

CONTINUA

04 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Chega a 71 o número de auditores envolvidos

Loriane Corneli

Reportagem Local

A quarta fase da Operação Publicano trouxe nove novos nomes de auditores, que ainda não eram réus nas etapas anteriores das investigações sobre o esquema criminoso na Receita. Com isso, chega a 71 o número de auditores de Londrina, de cidades da região e da alta cúpula, em Curitiba, supostamente envolvidos nos crimes.

As duas primeiras fases da Publicano apontaram o envolvimento de 62 auditores. A terceira fase não trouxe nomes novos – apontou lavagem de dinheiro do auditor do ex-delegado da Receita de Londrina José Luiz Favoreto Pereira e de pessoas ligadas a ele.

Na Publicano 1, cuja operação foi deflagrada em 20 de março, o MP denunciou 73 réus, sendo 26 auditores fiscais envolvidos em 70 fatos criminosos. Na segunda fase, a denúncia envolveu 125 réus – sendo 56 auditores, 124 fatos criminosos e 58 empresas.

Mais à frente, como complemento da Publicano 2, o MP ofereceu denúncia contra mais dois auditores (Marcelo Müller Melle e Luiz Fernandes de Paula). Porém, 22 dos denunciados na primeira fase figuraram, novamente, no polo passivo da segunda ação.

A terceira fase implicou apenas o auditor José Luiz Favoreto Pereira, acusado junto a outros 17 réus, de lavagem de dinheiro e outros crimes.

04 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

A nossa Lava Jato

Guardadas as proporções a Operação Publicano da aldeia é a nossa Lava Jato. Há semelhanças e diferenças: naquela os agentes políticos do capitalismo de Estado é que fixam os parâmetros e os canais da propina, e, em nosso caso, a hierarquia dos fiscais é que achaca empresários e transfere para o patrimônio pessoal (à exceção da grana investida na campanha da reeleição) o fruto do peculato. Certamente, os puristas acharão, como já afirmaram, excesso de espetacularização nas ações policiais e judiciais do Gaeco. A Justiça é discreta, sóbria, onde há uma cultura para isso não em casos como o nosso pela tradição do acomodamento em função das malhas cartoriais, daí o estupor que provocam na esmagadora maioria de cooptados.

Se verdadeiras e comprovadas as afirmações de que essa situação é praxística, tradicional, pelo fato de ocorrer desde os anos oitenta do século passado, a Publicano é uma revolução cultural séria e oposta àquela atabalhoada da camarilha chinesa. Percebe-se que ela, como a Lava Jato, se divide em etapas e enquanto a outra está na vigésima primeira essa se encontra na fase quatro que ontem operou em Curitiba e Londrina com novas prisões, condução coercitiva e apreensão de documentos.

Outra semelhança é a aceitação. tanto no primeiro grau como no superior, das medidas tomadas posto que fora dos padrões habituais, conquanto tanto num como noutro haja nulidades arguidas pelos magistrados. Trata-se de patologia de tal ordem que torna ridícula, caricatural, qualquer "ajuste fiscal" digno do nome: não é crível que se imponha, como fez o governo paranaense a todo povo, a carga de sacrifícios tributários enquanto boa parte dos fiscais deita e rola na corrupção sem qualquer tipo de risco e levando uma vida de nababos não condizentes, ao menos em alguns casos, com seus ganhos que, por sinal, são os mais elevados da hierarquia funcional e ainda estão na busca de prêmios com um custo que pode chegar a R\$ 1 bilhão ao erário.

04 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFOAME

Combate ao uso ilegal de dinheiro público

O mau uso do dinheiro público por gestores e empresários é o foco de atuação do novo braço do Ministério Público do Paraná (MPPR), o Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (Gepatria). Dividido em unidades regionais especializadas, o grupo vai atuar na prevenção e combate ao uso ilegal do erário público, e foi criado justamente por causa do volume expressivo de ajuizamento de ações tratando da questão. De acordo com o MP, de janeiro a novembro deste ano foram instaurados 3.290 procedimentos relacionados à improbidade administrativa. Os grupos serão coordenados pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias (Caop) de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária, e terão suas unidades estruturadas nas próximas semanas.

Atuação em todo o Estado

No total, serão nove unidades distribuídas de forma a cobrir todas as regiões do Estado. As sedes desses grupos, que terão atuação regional, funcionarão nos seguintes municípios: Curitiba (24 comarcas), Guarapuava (20 comarcas), Londrina (22 comarcas), Maringá (20 comarcas), Cascavel (14 comarcas), Foz do Iguaçu (8 comarcas), Francisco Beltrão (15 comarcas), Santo Antônio da Platina (22 comarcas) e Umuarama (16 comarcas). As unidades regionais vão atuar de modo conjunto e integrado, na proteção do patrimônio público, tanto na repressão penal, como no combate à improbidade administrativa. Sempre que se fizer necessário os Gepatrias contarão com apoio de outras unidades do MPPR, como o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e o Centro de Apoio Técnico à Execução (Caex) que deverão ser parceiros rotineiros.

04 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Rapaz é condenado a 18 anos por

matar a namorada

Samara Rosenberger

Grupo Folha

Depois de nove horas de julgamento, Jean Henrique Albino, 21 anos, foi condenado a 18 anos e seis meses de prisão pelo assassinato da namorada dele, Letícia Monique dos Santos, 17 anos, ocorrido em Cambé (Região Metropolitana de Londrina) em 2013. A sentença foi de 15 anos de prisão pelo crime de homicídio e mais 3 anos e seis meses por porte de arma de fogo. O homicídio aconteceu na tarde do dia 22 de novembro, uma sexta-feira. Na ocasião, o rapaz invadiu um supermercado onde Letícia trabalhava e desferiu dois tiros contra ela. O assassinato foi motivado pelo término do relacionamento.

Como se trata de um crime hediondo, Jean tem direito à progressão do regime fechado para o semiaberto a partir de 2/5 do cumprimento da pena. "O advogado dele, entretanto, já informou que vai recorrer da sentença mas, enquanto isso, ele continuará preso", informou Everton Santana Alves, advogado da família de Letícia. A condenação, segundo Alves, ocorreu dentro do esperado, mas ele disse que família da vítima considerou a pena branda. A reportagem do Grupo Folha não conseguiu contato com a mãe da garota, Maria Aparecida da Cruz Raimundo. Após o proferimento da sentença, Jean foi levado de volta à unidade I da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL).

MP-SP tenta barrar fechamento de escolas na Justiça

Leandro Machado

Folhapress

São Paulo - O Ministério Público e a Defensoria Pública de São Paulo entraram com uma ação civil pública para barrar a reorganização dos ciclos de ensino e fechamento de 92 escolas anunciados pelo governo Geraldo Alckmin (PSDB). A ação pede que a reorganização seja interrompida e que, em 2016, a secretaria da Educação promova uma agenda de discussões com a sociedade sobre as mudanças. Os dois órgãos fizeram duras críticas à gestão tucana durante entrevista coletiva ontem. Promotores e defensores públicos disseram que o governo "não dialogou" com a sociedade.

"Nós tentamos dialogar com a secretaria estadual para interromper essa medida neste ano e discutir mais seriamente com a sociedade. No domingo, numa reunião da secretaria, a mobilização dos alunos foi tratada como questão de guerra. Na segunda, houve um acirramento da repressão policial. Agora, não houve outra alternativa que não levar ao juízo essa questão para que seja retomada a discussão", disse o promotor do Geduc (grupo de educação do Ministério Público) João Paulo Faustini. Os dois órgãos também criticaram a repressão policial a protestos realizados por estudantes que ocupam 192 escolas estaduais. "O chefe de gabinete da secretaria da Educação tratou o movimento como guerra", afirmou Daniela Skromov, defensora do núcleo de Direitos Humanos e Cidadania.

04 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Pen drive "esquecido" embasou

operação que prendeu 41

Nova etapa da
Publicano apura fatos
ocorridos entre 2008 e
2014 não investigados
nas fases anteriores

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI

● A base da 4.ª fase da Operação Publicano, deflagrada na quinta-feira (3) com a prisão de 41 pessoas, tem origem em um pen drive apreendido pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em janeiro com o auditor Luiz Antônio de Souza. O pen drive só foi decodificado depois da 2.ª fase da Publicano, deflagrada em junho, quando Souza, que colabora com as investigações, "lembrou" do material. As anotações são feitas em código e nelas Souza escreve a empresa que pagou, quanto pagou, o fiscal que recebeu a propina e a divisão.

Uma das anotações do pen drive é "Sr Pedro/AS", seguida por "1/2=75-10=65". Na mesma sequência está "Sr Pedro/AS", seguida por "2/2=75-10=55". Segundo o delator e o Gaeco, as anotações referem-se a um suposto pedido de propina feito ao empresário Pedro Muffato, o "Sr. Pedro" das anotações. Já "AS" que aparece ao lado é o auditor Amadeu Serapião, que teve prisão preventiva decretada.

O episódio ocorreu em novembro de 2014 e diz respeito a um suposto acordo para o

pagamento de propina referente a uma loja de Ibiporã. O hoje delator Luiz Antônio de Souza, que na época era inspetor regional de fiscalização da Delegacia da Receita Estadual em Londrina, teria firmado um acordo para o pagamento de R\$ 200 mil em propina, diante da ameaça de um auto de infração superior a R\$ 2 milhões. No fim, a multa ficou em R\$ 20 mil. Pedro Muffato não tem relação comercial com o Super Muffato.

Outro caso é a suposta negociação de propina de R\$ 120 mil com a Big Frango, em 2014, antes de a empresa ter vendido o controle acionário ao grupo JBS. A propina teria sido paga para amenizar a fiscalização das atividades da empresa entre janeiro de 2009 e maio de 2014. A empresa foi multada em R\$ 102 mil, o que o Gaeco considera uma quantia "irrisória". Segundo o delator, a propina teria sido repassada para a JBS, sendo "consignada nas dívidas" da empresa "por meio de simulação de débito".

OUTROLADO

O advogado Edgar Ehara, que defende o auditor Amadeu Serapião, disse que ainda não viu as provas juntadas pelo MP no processo. Pedro Muffato se manifestou em nota, afirmando que "a empresa foi vítima de tentativa de extorsão praticada por funcionários públicos que são investigados".

EM RESUMO

Veja os números da operação:

47

prisões preventivas decretadas, das quais 44 envolvendo auditores fiscais.

34

mandados de prisão foram cumpridos em Londrina e 7 em Curitiba

49

mandados de busca e apreensão foram cumpridos em gabinetes da Receita Estadual, em casas e escritório de advocacia.

19

pessoas ou empresas tiveram o sigilo bancário quebrado.

Por e-mail, a assessoria da JBS afirmou que "a Big Frango e nenhum de seus atuais representantes é alvo da operação". "A ação está investigando o ex-controlador e os ex-representantes da companhia, que não têm mais qualquer relação com a Big Frango".

04 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

STJ mantém prisão de ex-deputados na Lava Jato

● A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve, por unanimidade, na quinta-feira (3) as prisões preventivas dos ex-deputados federais André Vargas e Luiz Argôlo, condenados por crimes investigados na Operação Lava Jato. De acordo com o ministro relator, Ribeiro Dantas, a conduta ilícita dos ex-parlamentares "denota maior gravidade", o que justifica a manutenção das medidas.

O colegiado negou o habeas corpus de André Vargas e não conheceu o recurso de Luiz Argôlo. Ribeiro Dantas destacou que a quantidade de crimes e o modo adotado pelos ex-deputados no esquema de corrupção da Petrobras são indicativos de "habitualidade e profissionalismo".

Outro lado

Os advogados de defesa de ambos negaram que eles tenham participado do esquema.

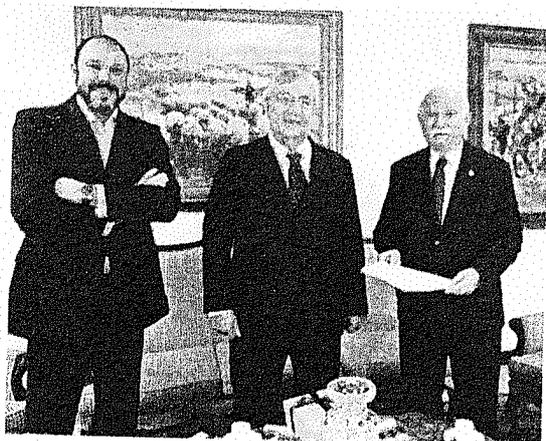
PEDIDO

A defesa do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) pediu na quinta-feira (3) ao Supremo Tribunal Federal (STF) revogação do decreto de prisão preventiva do ex-líder do governo.

04 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA



O presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos (dir.), com o presidente da Ordem dos Cavalheiros da Boca Maldita, Ygor Siqueira (à esq.), e o advogado Osman de Santa Cruz Arruda, que o convidaram para o jantar anual da confraria, no próximo domingo, no Hotel Four Points by Sheraton.

04 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

OAB atenta

O Conselho Federal da OAB deverá firmar posição pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas também irá contra a manutenção dos mandatos do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, e do senador Delcídio do Amaral. A previsão foi feita à coluna pelo ex-presidente da OAB-PR e atual presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, José Lucio Glomb. Membro do Conselho Federal da OAB, ele participou da reunião convocada pelo colegiado na última terça-feira em Brasília.

OAB atenta 2

De acordo com Glomb, no entanto, os membros do Conselho Federal foram pegos de surpresa pelo anúncio feito por Eduardo Cunha na tarde de quarta-feira de que acataria o pedido de impeachment contra Dilma. "Ficamos numa sinuca. O Conselho adiou o exame do impeachment para agregar mais fatos e fundamentos (fui vencido, pois queria examinar já) e decidiu-se que hoje (quarta) examinaremos o pedido de afastamento do Delcídio e do Cunha. Seria aprovado. Como Cunha autorizou o processo de impeachment, no entanto, pedir o afastamento dele agora poderia dar a entender que seria uma represália. Falei isso e adiamos também essa discussão para daqui a alguns dias, em sessão extraordinária. Esse Brasil é difícil. A cada dia novos fatos, novos desdobramentos", desabafou o advogado.

STF nega pedidos para suspender a abertura do impeachment

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou na quinta-feira (3) pedido feito por deputados petistas para desistir de mandado de segurança que questiona o ato do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de dar prosseguimento ao impeachment de Dilma Rousseff. Os parlamentares apresentaram pedido de desistência uma hora após o caso ter sido distribuído a Mendes. O ministro também negou pedido liminar dos petistas para suspender a decisão de Cunha.

Já ministro Celso de Mello, também do STF, extinguiu o mandado de segurança protocolado pelo deputado federal Rubens Júnior (PCdoB-MA) contra o pedido de impeachment.

GAZETA DO POVO

RHODRIGO DEDA

Para nosso bem, impeachment tem de ser julgado no recesso

Não importa que a presidente Dilma Rousseff caia, não importa que fique no poder. Para a economia não amargar com um período ainda maior de recessão, pouca relevância tem o desfecho do processo de impeachment. A única variável importante é que isso ocorra rápido. E o único jeito de isso acontecer é o processo ocorrer durante o recesso parlamentar. Para o bem da economia brasileira, uma rápida definição, sempre dentro dos parâmetros institucionais, evidentemente, deve ser dada ao caso, sem adiamentos desnecessários.

O repórter de economia Fernando Jasper publicou ontem análise na **Gazeta do Povo** em que explica o impacto da abertura do processo de afastamento. Segundo ele, já havia parcos empresários tomando decisões de investir no Brasil. Muito dificilmente agora, no meio de um processo de impeachment, haverá quem se arrisque a colocar dinheiro num país em que não se sabe quem estará governando daqui a seis meses.

Não bastasse isso, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique Cardoso, afirmou que se o impasse prosseguir por longo período, o desemprego, que hoje é de 9%, pode chegar a 10% no primeiro trimestre do próximo ano. Será um belo legado que o Congresso Nacional e o governo estarão nos deixando.

Essa avaliação mostra o quanto será nocivo se o processo se arrastar para depois de março. É um futuro sombrio, que até mesmo os políticos mais partidários do

04 DEZ 2015

Não há dispositivo legal que impeça de o processo prosseguir em janeiro. Se não o fizerem, a sociedade vai cobrar a conta.

“quanto pior melhor” devem evitar. Por essa razão, a única solução possível para que a paralisia do país não piore o desastre econômico criado por este segundo governo Dilma Rousseff é que o processo de impeachment tenha continuidade já no início de janeiro.

Não há dispositivo legal que impeça isso de acontecer. Nem a Constituição, tampouco a Lei n.º 1.079/50 (Lei de Crime de Responsabilidade), impedem o julgamento no recesso. Portanto, ninguém venha dizer que conduzir o processo durante janeiro contraria a democracia, a Constituição ou os princípios do contraditório ou ampla defesa. Qualquer processo tem de ter uma duração razoável, conforme estabelece a própria Constituição, ainda mais um que ameaça o ambiente econômico de todo o Brasil.

Além disso, não há razoabilidade de esperar o fim do recesso para decidir a questão que foi colocada irresponsavelmente pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que se mantém no cargo apesar de acusado de graves delitos — e com forte conjunto de provas contra ele — no âmbito da Operação Lava Jato. Cunha permanece no cargo por obra tanto da oposição quanto da base aliada, que — sem preocupações republicanas — o deixaram livre para cometer todo o tipo de ação que só trouxe prejuízos ao país.

Apenas para citar um exemplo, até hoje o Congresso não votou o ajuste fiscal que poderia dar estabilidade novamente ao Brasil.

Que os parlamentares tenham a honestidade e responsabilidade de dar uma resposta aos cidadãos que lhes confiaram o voto. Será imperdoável se o joguete do governo e da oposição continuar na calada do recesso, alheio aos problemas econômicos pelos quais passam as famílias brasileiras. Se a crise ainda não chegou ao bolso dos parlamentares e dos altos agentes de Estado, como se observa com a continuidade do pagamento de auxílios duvidosos, verbas de representação e mordomias abusivas, para o setor privado, o ambiente econômico está uma lástima. Se a classe política não trabalhar rapidamente para conter a crise que criou, certamente a sociedade saberá cobrar essa conta.

04 DEZ 2015
GAZETA DO POVO

PAIXÃO



04 DEZ 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

STF dá cinco dias para manifestações

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem (3) que a presidente Dilma Rousseff, o Senado, a Câmara dos Deputados e a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestem em cinco dias sobre a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que aceitou pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente.

Fachin é relator de uma das ações que questionam decisão de Cunha, na qual o PCdoB questiona a validade da Lei 1.079/50, que regulamentou as normas de processo e julgamento do impeachment. ●



O ministro Fachin é relator de ação contra impeachment

Vargas continua preso

Por enquanto, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) não confirmou a expectativa de que a antecipação para esta quinta-feira da análise de vários habeas corpus levaria a uma liberação em bloco de presos na Lava-Jato. A turma votou por unanimidade contra a soltura do ex-deputado André Vargas.

Odebrecht pode ir para casa

O ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, relator dos processos da Lava Jato no Superior Tribunal de Justiça (STJ), votou nesta quinta-feira (3) a favor de conceder prisão domiciliar ao dono da construtora Odebrecht, Marcelo Odebrecht. Preso desde junho acusado de envolvimento no esquema de corrupção que atuava na Petrobras, o empreiteiro já teve outros pedidos de liberdade negados.

04 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministro do STJ vota por prisão domiciliar a Marcelo Odebrecht

Juiz foi citado por Delcídio em diálogo sobre liberdade a Cerveró

AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, em resposta a pedido de liberdade de Marcelo Odebrecht, presidente da empresa homônima, determinou a conversão de sua prisão preventiva em prisão domiciliar.

O julgamento, porém, foi interrompido por um pedido de vistas do ministro Jorge Mussi. Odebrecht só pode ser solto caso haja maioria de votos em seu favor na Quinta Turma, com cinco magistrados.

Ribeiro Dantas foi citado em diálogo do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), preso pela Lava Jato, com o advogado Edson Ribeiro, do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

Falando sobre um pedido de liberdade de Cerveró para o qual Delcídio disse estar interferindo junto a autoridades, o senador sugere que, com o ministro na Quinta Turma, a liberdade seria concedida. "O STJ, ontem eu conversei com o Zé Eduardo [ministro da Justiça], muito possivelmente o Marcelo na turma vai sair".

Em seu voto, o ministro afirmou que não há justificativa para manter Odebrecht preso.

04 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Governistas vão ao STF contra ato de Cunha

No campo jurídico, a estratégia do governo para tentar barrar o impeachment da presidente Dilma Rousseff terá duas etapas. Na primeira, deflagrada nesta quinta (03), deputados governistas entraram com três ações no STF (Supremo Tribunal Federal) contestando o rito adotado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para aceitar o pedido de impedimento.

Das três ações, uma foi retirada por seus autores, os deputados do PT Paulo Teixeira (SP), Paulo Pimenta (RS) e Wadli Damous (RJ), porque, pelo sorteio, caiu para o ministro Gilmar Mendes, que tem feito críticas ao governo e ao PT, ser o relator.

Com isso, o STF vai avaliar um mandado de segurança do deputado Rubens Pereira e Silva Júnior (PCdoB-MA) e uma ADFP (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) assinada pelo PC do B. Rubens alega que a deflagração do processo de impeachment de Dilma pelo presidente da Câmara cerceou o direito de defesa da petista.

A segunda estratégia ficará a cargo do próprio governo, que questionará o mérito do pedido de impeachment da presidente Dilma. O Planalto vai alegar que o argumento jurídico usado pela oposição, de que as pedaladas fiscais continuaram em 2015, não procede porque o ano ainda não terminou e o governo conseguiu aprovar no Congresso a mudança de sua meta fiscal.

Ouvidos sob a condição de anonimato pelo menos cinco ministros do Supremo não viram problema, em tese, na decisão de Cunha de acolher o pedido de impeachment, uma vez que esta é uma atribuição do cargo. Para estes ministros, a tese de que Cunha teria agido por retaliação ao PT enfrentaria resistência no tribunal.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

XADREZ FEDERAL

Eduardo Cunha decidiu deflagrar o impeachment depois de também detectar sinais de que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, poderia pedir ainda nesta semana ao STF (Supremo Tribunal Federal) o afastamento dele da presidência da Câmara dos Deputados.

ALGEMA

Cunha acha que agora Janot fica de mãos atadas. Qualquer movimento do procurador-geral poderia voltar a ser classificado pelo presidente da Câmara como iniciativa pró-governo, para livrar Dilma Rousseff do processo de impeachment.

TÃO BONZINHO

Cunha se considerou ludibriado pelo governo. Ele acha que o ministro Jaques Wagner, da Casa Civil, sempre soube que os parlamentares do PT votariam pela abertura do processo de cassação dele. Mas fingia tentar convencê-los apenas para ganhar tempo.

TÃO BOAZINHA

Um dos ministros mais próximos de Dilma confirma à coluna que a suspeita de Cunha de que foi “enrolado” tem base na realidade. “O governo precisava empurrar e evitar que ele abrisse o impeachment antes da quarta-feira [dia 2], para ter tempo de aprovar a mudança na meta fiscal”, afirma. Apesar de divergências internas no governo, “a Dilma nunca quis negociar com ele”, afirma o mesmo ministro.

04 DEZ 2015

PAINEL

Cirúrgico O STF deve tomar decisões relativas ao impeachment apenas sobre questões de procedimento. Um observador diz que, se o governo quiser se salvar, tem de fazer política, e não apostar suas fichas no Judiciário.

Tenbo dito Petistas estão receosos sobre reapresentar a ação para sustar o impeachment —da qual desistiram depois de Gilmar Mendes ter sido sorteado relator. Receberam sinais de que os ministros podem interpretar mal a manobra, como uma tentativa de burlar a corte.

04 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Forma, não conteúdo

Deputados governistas buscam STF para tentar barrar o impeachment; tribunal precisa se abster de analisar questões de mérito

Confrontado com a abertura do processo de impeachment, o governo Dilma Rousseff (PT), contando com o apoio de congressistas da base aliada, deflagrou uma batalha judicial em torno do caso.

No começo da tarde desta quinta-feira (3), as primeiras ações já haviam sido protocoladas no Supremo Tribunal Federal. Nada mais natural. Qualquer governante que estivesse no lugar de Dilma faria o mesmo —em 1992, o então presidente Fernando Collor de Mello também recorreu ao Judiciário.

Em um mandado de segurança, o deputado Rubens Pereira Júnior (PC do B-MA) afirma que, para fazer valer o direito à ampla defesa e ao contraditório, Dilma Rousseff deveria ter sido notificada para se manifestar antes de o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acolher o pedido de afastamento da petista.

Com outra petição, o PC do B pretende sensibilizar o Supremo para a necessidade de haver uma “verdadeira filtragem constitucional da lei nº 1.079/1950”, que define os crimes de responsabilidade e regula o processo de impeachment.

De acordo com a sigla, e não se pode negar-lhe razão nesse ponto, passados mais de 65 anos da edição dessas regras, impõe-se torná-las compatíveis com a legislação hoje

em vigor —a própria Constituição, como se sabe, data de 1988, e o Código de Processo Penal, ao qual a lei de 1950 faz referência, sofreu diversas reformas nesse período.

Havia, além dessas iniciativas, uma terceira, esta assinada por deputados do PT. Sustentava-se que Eduardo Cunha tomou sua decisão movido pelo espírito de vendeta. Os petistas, no entanto, desistiram da ação depois que viram a peça ser distribuída, por sorteio, ao ministro Gilmar Mendes, de conhecidas opiniões desfavoráveis ao partido.

É possível, ou mesmo provável, que a novela judicial ganhe novos capítulos. Faz parte do jogo democrático que seja assim, e uma questão tão delicada quanto o afastamento de um presidente da República não poderia passar sem a criteriosa supervisão do Supremo.

O tribunal decerto saberá reconhecer seus limites. Sem se imiscuir nos assuntos internos de outro Poder, o STF poderá manter o equilíbrio nessa disputa entre parcela do Legislativo e o Executivo.

Trata-se, basicamente, de interferir somente quando houver violações à Constituição ou aos procedimentos estabelecidos para a análise do impeachment —e não quando estiver em discussão o próprio mérito do processo, as credenciais éticas de Eduardo Cunha ou suas motivações inconfessáveis.

Nesse caso, a arena apropriada para travar o debate é o Congresso Nacional. Cabe a este Poder, e não ao Judiciário, concluir um julgamento que, não custa lembrar, é essencialmente político.

04 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende venda de subsidiária da estatal

Governo da Bahia consegue liminar contra a negociação de 49% da Gaspetro com japoneses

Decisão da Justiça da Bahia determinou a suspensão da venda de 49% da Gaspetro, subsidiária da Petrobras para a área de distribuição de gás, à japonesa Mitsui.

A venda da Gaspetro é a principal operação do plano de desinvestimentos da estatal neste ano. Com a transação, anunciada no final de outubro, a Petrobras embolsaria R\$ 1,9 bilhão, ajudando a aliviar seu balanço do quarto trimestre.

A decisão do juiz Manoel Ricardo Calheiros D'ávila, da 5ª Vara de Fazenda Pública, atende a pedido do governo estadual. O executivo baiano alega que a venda da participação fere o acordo de acionistas da Bahiagás, distribuidora local de gás canalizado.

A Gaspetro e a Mitsui são sócias da empresa — cada uma com 24,5% do capital votante. O governo estadual detém os 51% restantes.

“A operação de aquisição de 49% da Gaspetro pela Mitsui (...) tem evidente potencial para redefinir e reduzir o poder do controle do Estado da Bahia na Bahiagás”, pondera o juiz para a liminar.

Ele cita também a lei federal 10.438/2002, que impede que acionistas de empresas de energia controlem distribuidoras de gás natural. A Mitsui é acionista da Energia Sustentável do Brasil, empresa responsável pela usina hidrelétrica Jirau.

Em sua decisão, o juiz dá um prazo de cinco dias para que Petrobras e Mitsui apresentem documentação relativa ao negócio e estipula de multa de R\$ 50 mil pelo descumprimento da liminar.

A Petrobras ainda não se manifestou a respeito.

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou o negócio entre a Petrobras e o Mitsui sem restrições, segundo publicação no “Diário Oficial da União” na quarta (2). (NICOLA PAMPLONA)

04 DEZ 2015

BEMPARANÁ

Publicano

Gaeco prende 41 em nova fase de operação

O Ministério Público Estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina deflagrou ontem a quarta etapa da Operação Publicano, que investiga um esquema de corrupção na Receita Estadual, envolvendo auditores fiscais, contadores e empresários. A 3ª Vara Criminal de Londrina determinou a prisão de 47 pessoas, entre elas, 44 auditores - 35 dos quais já envolvidos em situações das fases antecedentes. Até o início da noite, 41 prisões haviam sido confirmadas.

Entre os presos ontem estão o ex-inspetor geral da Receita Estadual Márcio de Albuquerque Lima, considerado pelo Gaeco como o chefe da quadrilha, por gerenciar o esquema, que há havia sido detido em março, mas conseguiu liminar para responder o processo em liberdade. Também foram expedidos 52 mandados de condução coercitiva - inclusive de empresários residentes nos estados de São Paulo e Minas Gerais - e 49 mandados de busca e apreensão em gabinetes da Receita Estadual, em residências e num escritório de advocacia.

ROMBO

R\$ 732
milhões

é o total que teria sido sonogado por 230 empresas envolvidas no esquema investigado pela operação

A nova etapa está especificamente dirigida à apuração de fatos ocorridos entre 2008 e 2014 não apurados nas fases antecedentes. A investigação inclui o recebimento de propina para liberação de créditos devidos e a não realização de fiscalização adequada, em que os fiscais deixavam de autuar ou emitiam autos simbólicos de pequeno valor contra empresas que pagavam propina, dando a elas "quitação fiscal".

Segundo o Gaeco, pelo menos 230 empresas estariam sendo investigadas por participação no esquema, e teriam deixado de pagar R\$ 732 milhões em impostos.

04 DEZ 2015

BEMPARANÁ

Defensoria

A Defensoria Pública do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa a proposta de Orçamento do órgão para 2016, de R\$ 140 milhões. A proposta entregue pelo defensor público-geral do estado, Sérgio Parigot de Souza, cumpre decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), que determinou a suspensão da tramitação da lei de Orçamento do ano que vem, até que a verba da Defensoria fosse recomposta.

Autonomia

O projeto original do governo havia cortado os recursos da Defensoria para apenas R\$ 45 milhões. O STF acatou o argumento de que o órgão tem autonomia, e não foi ouvido para a elaboração da proposta. Com isso, o Executivo estadual terá de refazer a Lei Orçamentária e enviar novo texto à Assembleia.

Família

A 4ª Vara Criminal de Curitiba recebeu denúncia oferecida pelo Ministério Público, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), contra um empresário, um ex-deputado estadual e um investigador de polícia. Segundo investigações do Gaeco, o empresário valeu-se da rede de contatos que mantinha com as autoridades denunciadas para criar situações falsas, visando incriminar sua ex-mulher e um filho dela maior de idade. O objetivo foi que o empresário tivesse posição favorecida na disputa pela guarda dos filhos menores de idade que ele e a ex-mulher têm em comum. Os fatos aconteceram em 2008. O Ministério Público acusou na mesma denúncia um delegado e outros dois policiais civis.

04 DEZ 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

RECURSO

Foi adiado para a próxima semana o julgamento do recurso da defesa dos acusados de matar a empresária Clemans Abujamra, 48 anos, no bairro Batel em abril de 2013. Na quinta-feira, às 13h30, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) deve avaliar o pedido de liberdade de Christiane Abujamra, 50, e Arnold Vianna, 24, irmã e sobrinho da vítima. A defesa também pede que eles não sejam julgados pelo júri. Os dois respondem por homicídio qualificado e fraude.

PRECONCEITO

Um funcionário do Hotel Lancaster, na região central de Curitiba, deverá receber indenização de R\$ 5 mil por ter sido dispensado, durante o contrato de experiência, sob o argumento de que era 'vesgo' e estaria 'denegrindo a imagem do hotel'. Para os desembargadores da 5ª Turma do TRT do Paraná, que analisaram o processo, o trabalhador foi vítima de tratamento discriminatório e merece reparação. Da decisão, cabe recurso.

04 DEZ 2015

REVISTA DIMENSÃO

DESEMBARGADOR

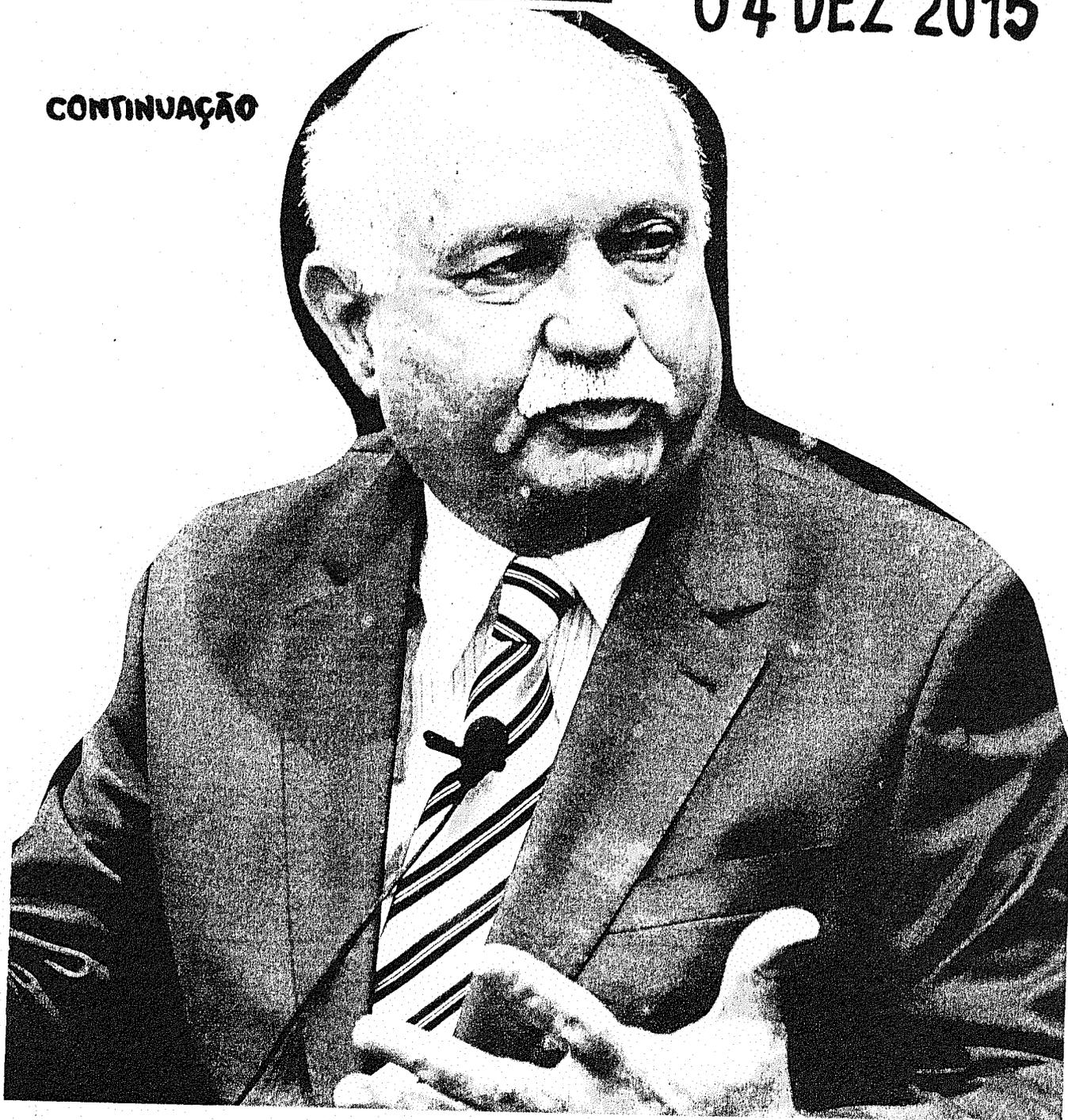
Paulo Roberto Vasconcelos

Entrevista: Marina Oliveira

Há mais de 30 anos o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos atua como juiz em diversas comarcas do estado. Além da vida jurídica, Vasconcelos também é administrador de empresas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Desde o início de 2015 está à frente do cargo mais alto do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). A Dimensão entrevistou com exclusividade o presidente do TJPR.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO



Revista Dimensão (RD): Como foi a sua trajetória no direito até chegar à presidência do TJPR?

Passei no concurso público para juiz substituto em 1984 e tomei posse na comarca de Guarapuava. Ali era uma sede de seção judiciária que abrangia também Pitanga, Palmital e Prudentópolis. Fui designado a outras comarcas como Rebouças, Paranaguá, Clevelândia e Guaratuba. Posteriormente, fui nomeado juiz titular de Tomazina, onde fiquei três anos e fui promovido para a comarca de Foz do Iguaçu, onde fiquei oito anos.

Vim para Curitiba para atuar como juiz substituto em segundo grau atendendo o Tribunal de Alçada e de Justiça. Aqui no Tribunal fui candidato a Presidente da Associação dos Magistrados (Amapar) onde fui eleito por toda a categoria de magistrados no período de 2006/2007. Passado algum tempo, concorri ao cargo de primeiro vice-presidente em 2013 e 2014. E agora entre 2015 e 2017, fui eleito presidente do TJPR.

CONTINUA

04 DEZ 2015

REVISTA DIMENSÃO

CONTINUAÇÃO

RD: Entre suas propostas para a assunção do cargo estava a execução dos projetos de reforma e ampliação do Palácio da Justiça. Em que a sua gestão já conseguiu avançar diante dessa questão?

Foram vários os projetos colocados em questão durante a campanha, entre eles, a ampliação do Palácio da Justiça, o Centro Judiciário do Ahú, a construção de um restaurante e também o Centro Administrativo do Tribunal naquela quadra que foi desapropriada no Centro Cívico. Todos os prédios que estão alugados para os departamentos administrativos serão centralizados nessa quadra. Em termos de aluguel nós vamos ter uma redução de custo violenta, além de uma sede própria do Tribunal como centro administrativo.

RD: Desde que assumiu o cargo, o senhor propõe uma reestruturação organizacional do Tribunal. Quais são os principais objetivos com essas medidas? O que já foi feito de melhorias?

Entendi que o organograma e o fluxograma dos processos estava completamente irracional. Procuramos organizar os departamentos, até mesmo nomes e funções. Nós não tínhamos uma divisão de planejamento, mas sim uma simples assessoria e hoje concentramos todas as áreas que cuidam de planejamento e ramos como a estatística, por exemplo, além de todas as informações necessárias para se planejar o andamento de um tribunal. Nós criamos um departamento de gestão de recursos humanos

RD: Isso significa mais celeridade nos processos?

Sim, imagine uma empresa que tem uma estrutura antiga e desorganizada, no momento em que você dá uma situação melhor para essa empresa em termos de modernidade administrativa, você terá uma eficiência nos serviços prestados de todos os funcionários. A celeridade nos julgamentos também está inclusa neste processo.

RD: Em março desse ano o senhor não concedeu o auxílio-moradia retroativo que estava sendo solicitado pela Amapar. Qual a sua posição sobre o assunto hoje e para o futuro?

No momento em que foi recebido este pedido da Associação nós simplesmente fizemos uma análise sob o aspecto financeiro e a crise no Estado era tão forte, que já descartamos qualquer possibilidade de examinar o mérito do pedido.

RD: Como estão os repasses de recursos do Poder Executivo para o TJPR? Houve dificuldade no início do ano, como está o cenário agora?

O início do ano foi muito difícil e nós tivemos que ser firmes em relação ao Executivo no sentido de que, efetivamente, não havia condições nenhuma do Tribunal e todos os Fóruns do Paraná funcionar se não tivesse o repasse do décimo do orçamento, que é o que possibilita que o TJPR faça o pagamento de todos os servidores e magistrados. Exigimos do governador e seu secretário, que liberassem o valor previsto no orçamento. Eles atenderam ao nosso pedido e foi feito o pagamento. Só que os valores que estão sendo repassados são bem inferiores ao previsto no orçamento.

RD: E houve algum corte por conta disso?

Desde o início há cortes, nós estamos recebendo aproximadamente 85% do valor e não estamos podendo cumprir com o nosso planejamento orçamentário. No entanto, estamos conseguindo pagar despesas com o pessoal, mas não estamos conseguindo pagar as despesas de custeio nem créditos trabalhistas.

CONTINUA

“Moro mostrou que a magistratura nacional é muito competente”

Paulo Roberto Vasconcelos

RD: Como o poder judiciário do Paraná vê atualmente a situação da Defensoria Pública do Estado?

Lamentavelmente, a gente sente que a defensoria pública não está atingindo o seu objetivo e, muitas vezes, em razão da própria administração e em razão também do comportamento dos defensores. Existem muitas reclamações de magistrados em relação à atuação de defensores e acho que hoje essa posição da Defensoria não está consolidada junto à sociedade, o que a gente lamenta muito.

RD: Em que medida a ausência de uma defensoria pública organizada dificulta a realização plena do direito de acesso à justiça?

Compromete não só o judiciário como a população como um todo. Porque todos esperavam muito que tivesse defensor à sua disposição em todas as dificuldades. Mas no momento em que eles precisam, há uma deficiência muito grande neste atendimento. O que a gente lamenta é que eles não estão cumprindo com seu papel segundo a legislação.

RD: O senhor acredita que o fatiamento da Lava Jato põe em risco de alguma forma a investigação sobre o esquema de propinas em estatais, uma vez que todo o esforço está concentrado aqui?

Eu acho que mais feliz seria a decisão do Supremo se deixasse na mão do Juiz Sérgio Moro. Ele já estava focado e destinado a esse processo. Seria muito mais razoável se o STF permitisse que esse julgamento ficasse em Curitiba com esse grande magistrado.



RD: Qual a importância de formar grandes juizes? O juiz Sérgio Moro é inspirador neste sentido?

Ele é uma referência, um grande exemplo de atuação de magistrado. Mas entendo também que qualquer magistrado que tivesse nessa área atuaria dessa forma. Ele teve este poder decisório em razão de o processo ter sido distribuído para ele. Moro mostrou que a magistratura nacional é muito competente. E no momento em que caiu para ele, não empurrou o processo lentamente, mas sim de uma forma mais célere possibilitando que o julgamento fosse bem rápido e eficiente. Tomando decisões como decretar prisão ou conceder a liberdade. Um belo trabalho da Polícia Federal e também dos procuradores federais. Um grupo, uma equipe grande na área federal que atuou em todo o processo e que resultou na descoberta desses crimes gravíssimos em relação à administração pública.

04 DEZ 2015

g1

Projeto que incentiva a biometria de crianças e adolescentes é premiado

'Criança e Adolescente Protegidos' é do Tribunal de Justiça do Paraná.

'É um reconhecimento de um projeto importante', diz desembargadora.

Thais KaniakDo G1 PR

CONTINUA



Desembargadora Lídia Maejima junto com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski (Foto: Marco Zaoboni / Divulgação)

O projeto "Criança e Adolescente Protegidos", do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), ganhou o XII Prêmio Innovare, na categoria Tribunal. O troféu foi entregue durante a cerimônia de premiação no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, na terça-feira (1º). O

CONTINUA

G1

04 DEZ 2015

CONTINUAÇÃO

prêmio, criado em 2004, anuncia as melhores práticas do ano, em diversas categorias. Idealizadora do projeto, que incentiva a biometria de crianças e adolescentes do estado, a desembargadora Lídia Maejima afirmou que dedicou a premiação a todas as mães de crianças desaparecidas no Brasil. "Ser um dos três finalistas já estava de bom tamanho. Fiquei muito feliz. É um reconhecimento muito importante de um projeto importante", disse ao **G1** nesta quarta (2).

Em andamento desde o ano passado, por meio de um decreto judiciário e governamental, o projeto orienta educadores da rede pública de ensino a falar para crianças, adolescentes e pais sobre a importância da identificação biométrica o quanto antes. "A partir de recém-nascido já pode fazer", lembrou a desembargadora.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Lídia Maejima explicou que a ação começou a ser executada nas escolas municipais e que, em breve, também deve ocorrer nas escolas estaduais. "O juiz de direito orienta os diretores e professores das escolas", relatou. O projeto foi lançado, em 2014, nas cidades de Londrina e Maringá, no norte do estado, e, no começo deste ano, em Ibiporã, também na região norte.

Segundo a desembargadora, ainda não é possível calcular quantos adolescentes e crianças já foram alcançados pela iniciativa: "Ano que vem dará para mensurar". Ela afirmou que mais de um milhão de adolescentes do Paraná não têm carteira de identidade.

"Quando uma criança desaparece, a família tem a fotografia dela, mas ela nem sempre vai ter a fisionomia da projeção [no futuro]. A identificação digital do indivíduo é o código de barras que Deus nos colocou, nos tornando indivíduos únicos no planeta. É uma coisa extraordinária. Por que não

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

aproveitar essa descoberta científica do século passado? Todas as crianças e todos os adolescentes devem ser devidamente registrados para que, nas hipóteses de desaparecimento, alertas sejam emitidos para fronteiras, aduanas", exemplificou a desembargadora.

Categoria Justiça e Cidadania

Outro premiado paranaense foi o Observatório Social de Maringá e a Busca pela Transparência e Zelo na Gestão dos Recursos Públicos. Ele venceu na categoria Justiça e Cidadania, que tinha 244 inscritos. O projeto é voltado a estimular o exercício da cidadania, despertando o cidadão para o acompanhamento dos atos da gestão pública, com a fiscalização direta da aplicação dos recursos públicos. Dessa forma, por meio da conscientização, a iniciativa busca informar a toda a sociedade sobre a importância da correta aplicação dos recursos públicos proveniente dos impostos. Assim, com esclarecimento, a aplicação dos recursos arrecadados pode ser melhorada ao racionalizar os serviços públicos.

CONTINUA

G1

04 DEZ 2015

CONTINUAÇÃO

Junto com essas ações de sensibilização, o Observatório Social de Maringá mantém uma postura ativa de controle das contas públicas e realizando trabalho de fiscalização direta dos atos relacionados aos gastos públicos.

03 DEZ 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF e equipe econômica fecham acordo para acelerar execuções fiscais

Com estoque estimado em R\$ 1 trilhão, a dívida ativa da União será um dos instrumentos usados pelo governo para reforçar o caixa no próximo ano. O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, e os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, fecharam ontem um acordo para acelerar as execuções fiscais.

De acordo com Levy, o aumento da velocidade na cobrança dos contribuintes inscritos em dívida ativa poderá proporcionar uma receita extra de pelo menos R\$ 10 bilhões por ano a partir de 2016. "Acelerar a execução fiscal é trazer o dinheiro necessário para a gente continuar a executar as políticas sociais, para continuar executando o investimento que é fundamental para o Brasil avançar", declarou.

Um grupo de trabalho ficará encarregado de construir propostas para aumentar a velocidade das cobranças, que atualmente levam anos. As propostas só serão entregues em fevereiro, após o fim do recesso do STF. Segundo Barbosa, entre as medidas em estudo, estão a promoção de mutirões de mediação e de conciliação e a melhoria de ferramentas de internet para que os devedores possam saldar os débitos com mais facilidade.

Além disso, os poderes Executivo e Judiciário anali-

sarão as bases de dados e as ordens de execução para ver se há duplicidade de cobrança. "Queremos identificar onde há atividades que não precisam ser duplicadas e que podem ser feitas por um dos poderes ou pelos dois poderes em conjunto, trazendo economia de recursos", explicou Barbosa.

Segundo Barbosa e Levy, a iniciativa do acordo partiu do Supremo. Para Lewandowski, a aceleração dos processos de cobrança é um sinal de que a Justiça está disposta a colaborar com o ajuste fiscal. "É um momento em que o Poder Judiciário colabora com o Executivo no que diz respeito ao ajuste fiscal, neste momento difícil que estamos vivendo. Portanto é uma forma de arrecadarmos verbas para a Fazenda Pública sem necessariamente termos de aumentar os impostos", disse o presidente do Supremo.

De acordo com Lewandowski, mudanças recentes na legislação poderão ser usadas para intensificar a cobrança da dívida ativa. "São várias frentes em que pretendemos atacar, desburocratizando a execução fiscal de um lado e, de outro lado, utilizando os mecanismos agora desenvolvidos pela nova Lei de Mediação e pelo novo Código de Processo Civil, que é a conciliação e a mediação e que pode ser utilizada também no que diz respeito aos devedores do Fisco", explicou.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MPF – Procuradoria é contra pedido do governo do Pará para liberar mina de níquel da Vale

03 DEZ 2015

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, manifestou-se no Supremo Tribunal Federal (STF) contra um pedido do Governo do Pará para liberar o funcionamento da Mineração Onça Puma, empreendimento de extração de níquel da Vale S.A em Ourilândia do Norte, no sudeste paraense. Já existem duas decisões judiciais, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que ordenam a paralisação do projeto porque a empresa não cumpriu as obrigações previstas na licença ambiental.

“Numa justa e adequada ponderação de valores, o bem vida sobrepõe-se aos eventuais prejuízos econômicos decorrentes da paralisação do empreendimento, devendo ser prestigiada, em situações tais, a medida que implicar a mitigação dos riscos de perecimento do bem maior em disputa, representado, no caso, pela subsistência física e cultural das comunidades indígenas Xikrin do Cateté e Kayapó”, diz o parecer de Janot, enviado ao Supremo no dia 27 de novembro.

O governo do Pará argumenta, no pedido de liberação das atividades da Onça Puma, que o empreendimento gera emprego e impostos e sua paralisação provocaria prejuízos econômicos à região. De acordo com o governo paraense, a mina gera 850 empregos diretos e recolheu em 2014 um pouco mais de R\$ 5 milhões em tributos aos cofres estaduais e municipais.

Nas considerações enviadas à Corte Suprema, o PGR

lembra que a licença de instalação da Mineração Onça Puma foi emitida em 2004 e até hoje, passados mais de 10 anos, a Vale continua descumprindo a condicionante que obrigava ações de compensação e mitigação em favor das comunidades indígenas afetadas. Para Janot, não se pode agora, reconhecendo o descumprimento da licença, justificar a manutenção das atividades como se a obrigação fosse nova.

Diz o parecer: “Note-se que a contaminação do curso de água é fato incontroverso, porquanto reconhecido pela própria Vale S/A, a qual, no entanto, atribui a causas naturais a presença de elevada concentração de metais pesados no rio, conclusão distinta daquela perfilhada pelo pesquisador da Unifesspa, que apontou a existência de fonte poluidora potencializada”.

Além do laudo da Unifesspa, há um relatório assinado pelo médico João Paulo Botelho Vieira Filho, da Escola Paulista de Medicina, “que indica a recente e inédita ocorrência de inúmeras enfermidades relacionadas à contaminação por metais pesados entre os índios da comunidade Xikrin, como angioedemas deformantes, lesões dermatológicas e cefaleias, antes nunca registradas na comunidade.”

Em 2014, houve um aumento anormal dos casos de malformação fetal entre as mulheres do povo Xikrin do Cateté, confirmada a ocorrência de seis casos nos últimos três anos, o que também pode estar relacionado à contaminação do rio.

03 DEZ 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Internautas aprovam punição para mensagens violentas contra mulher

No momento em que casos de agressões e desrespeito nas redes sociais contra mulheres ganham visibilidade, enquête eletrônica do DataSenado mostra que 89% dos entrevistados aprovam a criação de lei para punir quem divulgar nas redes sociais mensagens que estimulem a violência contra essa parcela da população.

De acordo com a consulta, nos últimos meses 84% já viram publicações na redes sociais com conteúdos que estimulam a violência contra as mulheres. Os dados são parciais e se referem às 11.850 pessoas que responderam à pesquisa. Os números da enquête "Violência contra as mulheres nas redes sociais" foram apresentado ontem, no seminário Mulheres, Violência e Mídias Sociais, evento que integra a campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Um exemplo da violência contra a mulher nas redes sociais é o da blogueira Lola Aronovich. Ameaças de violência física e sexual e de morte se tornaram frequentes no blog e redes sociais da feminista por causa da forma como ela aborda a temática da mulher nos textos postados.

MINISTRO DO STJ NEGA LIBERDADE A JOSÉ CARLOS BUMLAI

O ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou ontem um pedido de habeas corpus ao empresário e pecuarista José Carlos Bumlai. O pedido foi protocolado segunda-feira e negado na manhã de ontem. Bumlai foi preso no dia 24, em Brasília, durante a Operação Passe Livre, 21ª fase da Operação Lava Jato. Nesse mesmo dia, Bumlai se apresentaria para depor na CPI do BNDES.

JUSTIÇA INOCENTA BARROS

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Maringá, Marcel Ferreira dos Santos, afirmou que não houve irregularidades na contratação e na execução das obras de recuperação do lixão de Maringá durante a administração do prefeito Silvio Barros. A ação foi proposta pelo Ministério Público do Paraná. Segundo o magistrado, o processo de contratação da empresa respeitou o princípio da transparência e as obras não causaram prejuízos ao erário.